



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA**

JOSENI SANTOS DE ALMEIDA

**TERRITORIALIDADES FEMININAS NO CAMPO: ESTUDO DA PRODUÇÃO DOS
TERRITÓRIOS DE MULHERES DO SÍTIO ASSENTAMENTO QUEIMADAS,
REMÍGIO/ PB**

CAMPINA GRANDE/PB

2023

JOSENI SANTOS DE ALMEIDA

**TERRITORIALIDADES FEMININAS NO CAMPO: ESTUDO DA PRODUÇÃO DOS
TERRITÓRIOS DE MULHERES DO SÍTIO ASSENTAMENTO QUEIMADAS,
REMÍGIO/ PB**

Trabalho de Conclusão Curso (Artigo) apresentado ao Curso de Geografia do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Área de Concentração: Geografia de Gênero.

Orientador: Professor Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho

**CAMPINA GRANDE/PB
2023**

JOSENI SANTOS DE ALMEIDA

**TERRITORIALIDADES FEMININAS NO CAMPO: ESTUDO DA PRODUÇÃO DOS
TERRITÓRIOS DE MULHERES DO SÍTIO ASSENTAMENTO QUEIMADAS,
REMÍGIO/ PB**

Trabalho de Conclusão Curso (Artigo) apresentado ao
Curso de Geografia do Centro de Humanidades da
Universidade Federal de Campina Grande, como
requisito parcial para obtenção do título de Licenciado
em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho
Orientador – UAG/CH/UFCG

Profa. Dra. Janaína Barbos da Silva
Avaliadora interna - UFCG/CH/UAG

Profa. Dra. Verena Sevá Nogueira
Avaliadora externa – UFCG/CH/UACS

CAMPINA GRANDE/PB
2023

AGRADECIMENTOS

Ter a oportunidade de realizar essa pesquisa é, sem dúvida, um dos meus maiores agradecimentos. Ao fazê-la fui capaz de compreender as mulheres a minha volta e a mim mesma. Existe um estigma conhecido na Assentamento Queimada das mulheres que fazem grandes “zoadas”, ou seja, no ápice do seu estresse e sobrecarga, esbravejam em longos e sonoros monólogos seus sentimentos em fúria. Como disse, é um estigma, logo não são levadas em consideração. Mas é a condição de opressão da subalternização que, sentidas por elas, não possui escape, havendo como alternativa a “zoada” silenciada. Através desta pesquisa, porém, consegui ouvi-las, não apenas durante a pesquisa, mas também em conversas pessoais. Os textos que li e as discussões que tive no meio acadêmico encontraram-se com as vivências relatadas destas mulheres e com a minha própria, o que foi de grande importância para entender minha posição e das mulheres a minha volta, da minha família. Um dos momentos mais marcantes desse processo foi quando a minha mãe me pediu para explicar minha pesquisa para ela e quando o fiz, dando alguns exemplos que observei, ela passou a falar sobre as situações que viveu, de violências simbólicas, e finalizou dizendo que “são coisas que a gente vive, mas não fala porque se falar os outros diz que é besteira, que a pessoa é rancorosa”. Ter a chance de ajudá-la a legitimar suas dores e frustrações me propiciou a gratidão para a vida inteira.

Por isso, agradeço enormemente a minha mãe, Rosinete dos Santos Almeida, pois sempre acreditou em mim, me apoiou de todas as formas possíveis e se sobrecarregou ainda mais para que eu pudesse cursar a universidade. Sou honrada de ser ela a minha mãe, uma mulher forte e determinada, linda e iluminada. Agradeço concomitantemente a minha irmã Jázia por ser também um grande exemplo e amiga, aos meus 10 irmãos com quem sempre pude contar, ao meu sobrinho que me cobrava constantemente o tcc pronto e me trouxe grandes risadas. Também agradeço a Roberto, meu namorado, que percorreu comigo o caminho da graduação, sempre me apoiando e dando suporte quando precisei.

Agradeço ao professor Thiago Romeu por ter abraçado a ideia desta pesquisa no PIVIC e ter me orientado com longas conversas discutindo as diversas questões observadas no estudo, me ajudando a entender a complexidade daquilo que eu enxergava com muita paciência. Junto a ele, agradeço ao professor Luiz Eugênio, meu orientador que, também paciente, me ajudou na construção deste trabalho. Ambos foram professores incríveis que considero amigos.

Agradeço também aos meus colegas de curso, amigos que levarei no coração.

Agradeço a oportunidade de vivência a universidade.

Agradeço a Deus por tudo!

Não sou escrava, nem sou objeto
Para se fazer de mim o que bem quer
Não tenho dono, não sou propriedade
Eu quero liberdade, me deixa ser mulher
Eu quero ser/ me deixa ser
O que mereço/ Eu quero ser quem sou/
Eu tenho meu valor/ E este não tem preço.

(Hino cantado pelas mulheres na Marcha pela
Vida das Mulheres e pela Agroecologia em
2015 na cidade de Lagoa Seca/PB)

RESUMO

O espaço rural possui em sua estrutura e organização cotidiana raízes patriarcais profundas que determinam as relações de homens e mulheres e suas territorialidades. Dentro de um contexto de subalternização, é reproduzido a divisão de papéis de gênero, a invalidade do trabalho feminino e o controle da terra, da renda e da família pelo homem. Ao mesmo tempo, as discussões de gênero e trabalho no campo tem alcançado as camponesas, possibilitando um processo de emancipação feminina. Pensando nisto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a influência da questão de gênero na produção dos territórios do sítio Assentamento Queimadas na cidade de Remígio/PB a partir da identificação de elementos que definem as territorialidades femininas. Para isso, foram realizadas entrevistas com oito mulheres com idades de 20, 30, 32, 37, 60, 62 e 80 anos. Como resultado, alguns elementos foram identificados como constituintes das territorialidades femininas, sendo eles o fator geracional, o casamento, as atividades econômicas e cotidianas, a localização e participação de encontro de mulheres. Foi possível concluir, com isso que estes elementos foram primordiais para a construção das territorialidades femininas no sítio Assentamento Queimadas, centradas no espaço doméstico e seus arredores. As relações de gênero colocaram as mulheres em condição subalterna ao homem, fazendo com que desenvolvessem atividades sobre o controle masculino. Apesar disso, as entrevistas mostraram o caminho de desconstrução da estrutura sócio territorial do Assentamento Queimadas principalmente com a influência dos grupos de mulheres.

Palavras-Chave: Territorialidade. Gênero. Mulheres. Zona Rural. Assentamento Queimadas.

ABSTRACT

The rural space has in its structure and daily organization deep patriarchal roots that determine the relations of men and women and their territorialities. Within a context of subalternization, the division of gender roles is reproduced, the invalidation of women's work, and the control of land, income, and family by men. At the same time, the discussions about gender and work in the countryside have reached peasant women, enabling a process of female emancipation. The present work aims to analyze the influence of gender in the production of territories of the Assentamento Queimadas in the city of Remígio/PB from the identification of elements that define female territorialities. To this end, interviews were conducted with eight women aged 20, 30, 32, 37, 60, 62 and 80 years old. As a result, some elements were identified as constituting feminine territorialities, namely the generational factor, marriage, economic and daily activities, location, and participation in women's meetings. It was possible to conclude, therefore, that these elements were paramount to the construction of women's territorialities in the Assentamento Queimadas, centered in the domestic space and its surroundings. Gender relations placed women in a subordinate condition to men, making them develop activities under male control. Despite this, the interviews showed the path of deconstruction of the socio-territorial structure of the Assentamento Queimadas, mainly through the influence of the women's groups.

Keywords: Territoriality. Gender. Women. Rural Zone. Assentamento Queimadas.

1. INTRODUÇÃO

No contexto socioeconômico da Europa feudal, o campo, enquanto espaço de subsistência, tinha na cooperação e solidariedade algumas das poucas chances de garantir a manutenção da vida e a continuidade de uma comunidade. A necessidade de parceria entre os sexos impedia uma subserviência profunda das mulheres, tal qual observamos na sociedade moderna, embora estas ainda não tivessem plena autonomia. Mas foi a partir da instalação do modelo capitalista, tendo como um dos seus fundamentos o controle feminino pelos homens, bem como o erguimento de um aparato estatal, que ocorre a quebra dessa relação mais próxima da horizontalidade e submete as mulheres a um sistema de opressão, controle e subordinação aos homens que transpassou os séculos e os continentes e se firmou estruturalmente até os dias atuais, conforme nos apresenta Silvia Federici (2004).

Como resultado deste processo, nota-se que a organização socioespacial da zona rural na agricultura familiar, em países colonizados, como o Brasil, apresenta elementos específicos e a herança da estrutura normativa da relação entre homens e mulheres. Essa organização traz diferenciações quanto ao uso e a experiência do espaço cotidianamente por ambos os sexos, implicando em desigualdade de autonomia, liberdade, poder hierárquico e financeiro que são expressos territorialmente.

O espaço agrário enquanto meio de produção de subsistência e renda oferece ao pequeno agricultor a possibilidade de desenvolver atividades econômicas para a manutenção doméstica e comercialização em um trabalho que envolve toda a família. No entanto, o homem se apresenta como o chefe de toda a estrutura, enquanto a mulher e os filhos ficam abaixo de seus comandos. Ao passo que os filhos crescem, os meninos seguem o caminho agrário e as meninas ficam reclusas ao espaço doméstico. Dessa forma, é possível apontar que existem territorialidades diferentes para ambos os sexos.

As necessidades provenientes do campo, em um contexto de agricultura familiar, exigem a força de trabalho de todo o seio familiar, no entanto, os papéis de gênero ainda são desigualmente legitimados produtivamente. O homem como o provedor, possui a autoridade de coordenar as atividades e é o proprietário dos produtos que mais rendem como o gado e as culturas comercializadas. O trabalho feminino é compreendido como um apoio ao trabalho masculino, proprietário da terra e dos bens. Concomitantemente, a mulher exerce o papel de cuidar das tarefas domésticas e de criação dos filhos, “auxilia” o marido na plantação mais densa (milho, feijão, fava, etc) e na criação de animais, ao passo que também produz aos

arredores da casa (espaço que não é utilizado pelo homem). Ela produz culturas de hortaliças e similares, assim como também cria animais de pequeno porte.

No entanto, a renda dessas produções coloca-se, muitas vezes, como complementar ao trabalho do marido e é controlada por ele, direcionando a mulher a um papel de subordinação, nestes casos, por meio da dependência econômica, mesmo que ambos exerçam as mesmas atividades (FERNANDES et al, 2013). Nesse contexto, a autonomia e emancipação das mulheres são inviabilizadas tendo em vista que esta dependência financeira e limitação espacial impossibilita a construção de meios para se organizar social, política e economicamente.

Dessa maneira, no âmbito da família, o homem, ainda hoje, desfruta de autonomia, liberdade e poder, e, por isso, vivencia o espaço de maneira bem mais fluída e abrangente que a mulher, seja a esposa ou filha, que possui boa parte da sua vivência dentro das limitações da terra em que mora. Observa-se, assim, que as relações de gênero são marcadores da organização socioespacial dos indivíduos e das famílias, além das condições oferecidas pelos lugares. Estudando este cotidiano é possível explicitar as diferenças sociais e territoriais entre mulheres e homens no campo. Nesse sentido, a análise das experiências territoriais de mulheres dará subsídio para compreender a dinâmica de gênero no meio rural, especialmente do Sítio Assentamento Queimadas, Remígio, Paraíba.

Enxergar a realidade dessas mulheres é essencial para que seja possível problematizar a relação de poder na qual estão inseridas e discutir maneiras de intervir para a promoção da igualdade de gênero. Nesse sentido, partir do estudo das suas experiências territoriais é uma maneira de dar-lhes visibilidade e de construir um entendimento de suas realidades mediante as experiências na condição subalternizada em que foram (e ainda são) submetidas.

No âmbito geográfico, é fato que as relações de gênero atravessam a organização social e a configuração espacial, sendo preponderante que, para estudar as dinâmicas territoriais, a questão de gênero seja entendida como um objeto de análise. Sabendo que dentro da sociedade patriarcal o homem possui maior poder em relação a mulher, mesmo estando ele mesmo em um contexto de opressão, é importante que se observe o modo como essa estrutura se reflete territorialmente.

Esta pesquisa surgiu da observação da vivência de mulheres do sítio Assentamento Queimadas, local onde a pesquisadora reside desde a infância. Refletindo sobre as situações presenciadas e relatadas foi possível identificar territorialidades distintas entre os homens e as mulheres, sendo estas sujeitas aos primeiros. Estas situações podem ser sintetizadas com a mulher não possuindo poder de cultivar em um espaço que escolheu devido a interferência direta ou indireta do marido, precisar atender as demandas do trabalho do campo e doméstico

ao mesmo tempo que não possui retorno financeiro de nenhum dos dois trabalhos, ao passo que o homem é o beneficiado em ambos, como também detentor do controle das áreas produtivas. A partir dessa realidade, manifestou-se o interesse de compreender como o território rural está disposto para os gêneros, estudando quais os elementos se cruzam para estruturá-lo de modo a privilegiar o sexo masculino.

O sítio Assentamento Queimadas é resultado de uma minirreforma agrária que possibilitou aos agricultores produzir e criar em suas próprias terras, detendo de maior liberdade e renda proveniente delas. No entanto, a maneira como o acesso à terra para o trabalho em benefício próprio apresenta diferenças para homens e mulheres, pois mesmo que o título da terra seja dividido igualmente para um casal, a mulher ainda vivencia a posição de subalternização ao homem. Nesse sentido, cabe identificar quais os territórios femininos no campo, suas implicações e quais os meios utilizados para subverter a estrutura organizacional vigente.

Nesse sentido, busca-se com o presente trabalho analisar a influência da questão de gênero na produção dos territórios do sítio Assentamento Queimadas a partir da identificação de elementos que definem as territorialidades femininas. Os objetivos específicos consistem em identificar os marcadores socioespaciais das territorialidades de mulheres do sítio Assentamento Queimadas, descrever os papéis e espaços de gênero e apontar como os elementos definidores das territorialidades femininas influenciam no seu processo de autonomia e emancipação.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas uma entrevista com mulheres do Assentamento Queimada. Este foi feito buscando encontrar os elementos construtivos dos territórios das entrevistadas, compreendendo os espaços que utilizam, o que e como produzem e suas limitações, as condições socioeconômicas e a construção de suas autonomias.

2. APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

2.1 GÊNERO E A QUESTÃO ESPACIAL

Apropriado na segunda onda do movimento feminista, o termo ‘gênero’ estabelece a quebra da ideologia que confere à diferença biológica entre os sexos como determinante dos papéis sociais da mulher e a sua inferiorização e subordinação frente aos homens. Rejeitando esse princípio que regia, e ainda rege, a sociedade, as feministas objetivaram desconstruí-lo apontando o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo e das definições

normativas da feminilidade. O seu conceito, portanto, foi desenvolvido dentro do meio acadêmico para contrapor estas ideias vigentes e explicitar a necessidade de estudar a história das mulheres a fim de entender como a sociedade se estruturou de modo a oprimir o sexo feminino (SCOT, 1989).

Para Scot (1989, p. 21), em sua conceituação de gênero, “o núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. A sua primeira proposição aponta para o gênero como produto de normas, valores, costumes, práticas, que possuem significados e apropriações diferentes cultural e socialmente, enquanto a relação de poder é primariamente estabelecida porque com “um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos, o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do poder em si” (SCOT, 1989, p. 22), configurando desigualdades e opressão legitimadas.

Gênero, dessa forma, é “uma categoria de análise que permite o entendimento de como a sociedade organiza modos de ser, comportamentos e define pertencimentos, revela diferenças, indica desigualdades, enfim, expressa relações de poder” (SCHEFLER, 2018, p. 33), e é expressão também de uma relação de poder entre os sexos. Sob este enfoque, as relações de gênero passam a ser compreendidas como resultado de uma construção sócio-histórica que, por sua vez, refletem-se territorialmente.

O conceito de gênero permite distinguir as diferenças biológicas das desigualdades socioculturais, através da análise das construções sócio-históricas e culturais sobre o que é ser homem e mulher na sociedade, não mais vistos como segmentos sociais isolados, mas como produtos de relações interpessoais e sociais (relações de poder) por meio das quais são mutuamente constituídos como categorias desiguais (SCHEFLER, 2018, p. 34).

Em vista de entender os vários espaços e relações em que o gênero se constrói, teóricas feministas formularam, além do já discorrido, os conceitos de divisão sexual do trabalho e patriarcado que permitem análises em diferentes espaços sociais. O primeiro conceito corresponde a um dos instrumentos que perpassa as relações sociais de sexo para justificar a dominação. Nele, compreende-se o conjunto do trabalho feminino, sendo problematizado a descontinuidade entre o trabalho doméstico e o trabalho externo (SCHEFLER, 2018). A partir de dois pressupostos, Biroli (2018) apresenta a divisão sexual do trabalho como problema teórico e como problema empírico situado.

O primeiro deles é que a divisão sexual do trabalho é uma base fundamental sobre a qual se assentam hierarquias de gênero nas sociedades contemporâneas, ativando restrições e desvantagens que modulam as trajetórias das mulheres. O segundo pressuposto é que as hierarquias de gênero assumem formas diferenciadas segundo a posição de classe e raça das mulheres. A divisão sexual do trabalho, no entanto, não se detém nos limites das vantagens de classe e raça; impacta também as mulheres privilegiadas, porém com consequências distintas daquelas que se impõem à maioria das mulheres (BIROLI, 2018, p. 21).

O patriarcado é entendido como sistema em que os homens, individual ou coletivamente, controlam o corpo, o trabalho e a sexualidade das mulheres por meio de um discurso normativo que coexiste com os valores modernos justificando, legitimando e perpassando as ciências, a educação, a cultura, a política e a cotidianidade da vida, contribuindo na produção de territórios.

Mesmo com os avanços causados pelo movimento de mulheres, maquiado pela modernidade, o patriarcado segue fundamentado no seu pensamento tradicional que tem no poder do pai de família o modelo de todas as relações de poder e autoridade, sendo o homem detentor de um “direito natural” de poder sobre as mulheres. Nesse sentido, compreende-se que elas estão em uma posição de sujeição tanto na esfera privada como pública. Assim, para que haja a emancipação feminina, a luta e consequente destruição do sistema patriarcal é o principal meio (SCHEFLER, 2018).

Scot (1989, p. 3) explica que “as pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente”. Este fato se concretizou e teve reflexos na ciência geográfica que reconfigurou o seu caráter neutro.

Para incluir a discussão de gênero na geografia é preciso compreender que esta, como ciência, passou por uma quebra de paradigma. A ciência geográfica, como todas as demais, construiu-se a partir da concepção de ciência moderna, positivista, objetiva, neutra, marcada por privilégios de sexo e de raça, tendo como principal referência o homem, branco e ocidental, para a compreensão da (re)estruturação do espaço, excluindo outros grupos e negando sua atuação no meio, sendo essa a origem e expressão de uma multiplicidade de desigualdades (JOSELI, 2009; SCHEFLER, 2018).

Foi, então, com a influência de teóricas feministas problematizadoras desta concepção de ciência, na segunda onda do feminismo, que as questões de gênero tiveram abertura para serem discutidas no âmbito geográfico. Geógrafas, a partir da década de 1970, passaram a questionar a ciência geográfica hegemônica devido ao seu caráter excludente, tendo em vista que não considerava a pluralidade dos corpos como um fenômeno transformador da sociedade. Assim objetivando contrapor-se à ciência normativa vigente, novas geografias foram surgindo

— geografia de gênero, geografia das sexualidades e geografia Queer, para dar visibilidade a grupos sociais desconsiderados no meio científico. Compreende-se, nessa perspectiva, que a Geografia, enquanto uma ciência social, não deve negar os múltiplos sujeitos que reconfiguram o espaço.

Qualquer ciência que tenha como foco a análise as relações humanas deve ter em conta que a humanidade não é uniforme e que a diferença entre homens e mulheres é umas das principais categorias de análise. Além disso, as relações de gênero permeiam todas as sociedades, apesar das diferenças espaciais e temporais. (SILVA, 2009. P, 60)

As discussões acerca da desigualdade de gênero político, social e acadêmico desenvolveram-se em países da Europa e da América do Norte com a primeira e, mais enfática, com a segunda onda do feminismo, porém a América Latina como um todo e mais precisamente o Brasil ainda encontram barreiras para o reconhecimento das temáticas feministas na ciência geográfica (ORNAT, 2008). Schefler (2018, p. 41) aponta que essa visão positivista, de um espaço que negligencia as práticas e representações sociais que manipula os indivíduos sexuados para melhor dividir o exercício do poder, “ainda é recorrente em diversos campos disciplinares, a exemplo dos estudos geográficos que se debruçam sobre a análise territorial”.

Silva (1998) destaca que se faz necessário entender que o espaço não é neutro, sendo importante incorporar as diferenças sociais entre mulheres e homens e as diferenças territoriais nas relações de gênero. Nessa perspectiva, ela aponta três grandes áreas na Geografia em que é fundamental o enfoque de gênero desenvolvido por Martinez (1995). São elas:

- 1) as relações existentes entre gênero e conceitos-chaves na Geografia como são o espaço, o lugar e a natureza:
 - o espaço enquanto construção social e de gênero,
 - o conceito de lugar e a importância que em sua definição introduzem as diferenças de gênero,
 - a relação entre gênero e natureza (o ambiente em seu sentido amplo);
- 2) as diferenças territoriais nos papéis e relações de gênero;
- 3) o uso e experiências diferenciais do espaço entre homens e mulheres, em distintas escalas: desde a escala local (utilização do espaço cotidiano, por exemplo) até a global (movimentos migratórios transnacionais) (MARTÍNEZ, 1995, p. 18 apud SILVA, 1998, p. 108)

A autora destaca ainda os estudos cotidianos como caminhos para a visibilidade das relações de gênero. Segunda ela, observando e analisando a partir do cotidiano “podemos explicitar as desigualdades socioeconômicas e espaciais entre mulheres e homens e mostrar que as possibilidades de cada indivíduo além de depender “das oportunidades oferecidas pelos lugares” (SANTOS, 1996, p. 271) ainda dependem das relações de gênero” (SILVA, 1998, p. 109).

2.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Originalmente, o termo território possui suas raízes etimológicas fincadas no latim *terra-territorium* que significa pedaço de terra apropriado e *terreo-terror* que, por sua vez, traduz-se como terror/terrorizar. Em vista disso, o seu sentido foi construído com uma dupla conotação sobre a qual sua conceituação foi desenvolvida: a que lhe confere a noção de dominação na esfera jurídico-política da terra e a de promotora de terror e medo respectivamente. Nesse sentido, discutir território implica falar sobre poder em sua completude, explícito e implícito (HAESBEART, 2007; SCHEFLER, 2018). O poder é inerente à existência de qualquer comunidade política que irá legitimá-lo, como explica Arendt (2004) em sua definição.

O 'poder' corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está 'no poder' estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se essa pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento que o grupo, de onde originara-se o poder [...] desaparece, 'o seu poder' também desaparece (ARENDR, 2004, p.27).

O poder, deste modo, atua em escala micro e macro, sendo a primeira inserida nas relações cotidianas, perpassando todos os campos sociais, articulando-se e inter relacionando-se com as categorias gênero, raça/etnia, classe social, sexualidades etc., que sustentam as práticas políticas que regem a sociedade na escala macro (SCHEFLER, 2018). Percebe-se então que o poder existe implícita e explicitamente mediante as normas sociais construídas ao longo do tempo, institucionalizadas pelos grupos dominantes e expressas territorialmente em diferentes escalas.

O poder produz saberes e, através de um conjunto de técnicas impostas à sociedade, atua produzindo e reproduzindo mais poder. O poder penetra na vida cotidiana de forma abrangente e difusa, através das práticas sociais que envolvem as sociabilidades e todo o processo de produção cultural. Em outras palavras, homens e mulheres, sujeitos históricos, vivenciam relações sociais na vida cotidiana, nos espaços públicos e privados, constituindo-se em receptáculos e, ao mesmo tempo, produtores e condutores do poder. (SCHEFLER, 2018, p. 35).

Fundamentalmente, o conceito de território parte do entendimento de que este é “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2000, p. 78). Desta forma, a questão centralizadora das discussões sobre território não é voltada para as características geológicas e recursos naturais de uma área, as ligações de identidade e afeto de um grupo social sobre determinado espaço e/ou o que é produzido e quem produz nele, embora

sejam importantes para compreender as motivações por trás dos conflitos territoriais. Ela é discutida no cerne das relações de poder, é sobre quem domina ou influencia um espaço e como o faz, tendo como princípio de que o território é um instrumento de exercício de poder (SOUZA, 2000).

Contudo, Haesbaert (2007, p. 20) acrescenta que o território não tem a ver apenas com o tradicional “poder político”, pois “diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação”. Assim, apreende tanto o processo que carrega as marcas do vivido e de valor de uso (apropriação), quanto um mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca (dominação). O autor reflete que o primeiro se apresenta de maneira diversa e múltipla como resultado de construções simbólicas no espaço que implicaram tempos e ritmos, enquanto o segundo expressa a funcionalização do espaço atendendo aos ditames do capitalismo (HAESBAERT, 2007).

Enquanto "espaço-tempo vivido", o território é sempre múltiplo, "diverso e complexo", ao contrário do território "unifuncional" proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação territorial (como a do espaço feudal típico), não admite multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades (HAESBAERT, 2007, p. 21).

No âmbito da Geografia o território surge, na tradicional Geografia Política, no final do século XIX, com o alemão Friedrich Ratzel, enquanto espaço concreto em si, com atributos naturais e sociais, que é apropriado por um grupo. Neste discurso inicial, o território é associado ideologicamente ao recorte do território nacional ou ao estado-nação, como um referencial político do Estado (SOUZA, 2000, p. 84). Ou seja, ele compreende o espaço jurídico do Estado, a projeção de sua soberania, servindo como um elemento ideológico construtivo da identidade nacional. Essa perspectiva fica notória nos apontamentos feitos por Souza (2000).

A territorialidade do Estado-Nação [...], onde afetividade e identificação (reais ou hiperbolizadas ideologicamente) possuem enorme dimensão telúrica - paisagem, “regiões de um país”, belezas e recursos naturais da “pátria” -, é naturalizada por Ratzel também na medida em que este não discute o conceito de território, desvinculando-o do seu enraizamento quase perene nos atributos do solo pátrio. Sintomaticamente, a palavra que Ratzel comumente utiliza não é *território* (*territorium*), e sim *solo* (*Boden*), como se *território* fosse sempre sinônimo de *território de um Estado*, e como se território fosse algo vazio sem referência aos atributos materiais, inclusive ou sobretudo naturais (dados pelo sítio e pela posição), que de fato são designados de modo mais direto pela expressão *Boden* (SOUZA, 2000, p. 84).

Essa perspectiva passa a ser repensada na medida em que o conceito de território se abrange em um caráter mais crítico levando em consideração não apenas a dimensão política e

econômica, mas também cultural. Do ponto de vista do aspecto cultural e simbólico do território, para Santos (1999), o território é, para além do conjunto dos sistemas naturais e de coisas superpostas, a terra associada à identidade que, por sua vez, “é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS, 1999, p. 8). Nesse sentido, o território é produção e produto das relações construídas nele e a partir dele, compreendido como o território usado, sendo “o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 1999, p. 8).

Compreende-se, então, que, em síntese, “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de “significados”” (HAESBAERT, 2007, p. 23). Assim, é possível que cada grupo social, classe ou instituição territorialize-se por meio de um processo funcional ou simbólico na relação desenvolvida com os seus espaços (SCHEFLER, 2018). Por territorializar-se, entende-se

[...] criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e de ‘apropriação’ ao mesmo tempo. (HAESBAERT, 2004, p. 97)

No escopo das discussões territoriais, mediante a análise mais ampliada do poder, incluindo o poder simbólico, destaca-se o termo territorialidade que, partindo do estudo do território em sua historicidade, busca apreender as relações de poder expressas espacialmente em seus diferentes níveis e intensidade. Nesse sentido, a territorialidade não corresponde simplesmente a um controle de área, ela “envolve a tentativa por parte de um indivíduo ou grupo de influenciar ou afetar as ações de outros, incluindo não humanos” (SACK, 2013, p. 76). A territorialidade, assim, é definida como “a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica” (SACK, 2013, p. 76).

Territorialidade para humanos é uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas por meio do controle de área. Territórios políticos e propriedades privadas de terra podem ser as formas mais familiares em que a territorialidade ocorre em vários níveis e em numerosos contextos sociais. A territorialidade é utilizada em relacionamentos cotidianos e em organizações complexas. Territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados. As funções de mudança da territorialidade nos ajudam a entender as relações históricas entre sociedade, espaço e tempo (SACK, 2013, p. 76).

Os discursos sobre territorialidade, na perspectiva da ação territorial, inserem na lógica geográfica a complexidade dos usos territoriais do espaço, pois a territorialidade é embutida em relações sociais. Segundo SACK (2013), ela é sempre construída socialmente, assume um ato de vontade e envolve múltiplos níveis de razões e significados, e pode ter implicações normativas também.

A territorialidade forma o pano de fundo para relações espaciais humanas e concepções de espaço e indica que as relações espaciais humanas não são neutras. Pessoas não apenas interagem no espaço e se movem através do espaço como bolas de bilhar: interação humana, movimento e contato são também casos de transmissão de energia e informação, para afetar, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e o acesso deles a recursos. Relações espaciais humanas são os resultados de influência e poder. Territorialidade é a forma espacial primária que o poder assume (SACK, 2013, p. 87-88).

Assimila-se então que as dinâmicas territoriais não são neutras, sendo o território constituído a partir das relações de poder e a territorialidade compreendendo os usos territoriais do espaço que, por sua vez, refletem as estruturas sociais construídas historicamente. Dentre elas está a questão de gênero, produzida no seio da lógica capitalista e patriarcal que organiza a sociedade de modo a subalternizar as mulheres, influenciando em suas territorialidades. Como sintetizado por Schefler (2018, p. 36), “a feminilidade e a masculinidade são entendidas como construções sociais que resultam de uma produção discursiva fundamentada por uma ideologia patriarcal, em torno da qual são construídas as subjetividades e configuradas as territorialidades”.

Com o movimento de mulheres, a estrutura patriarcal tem sido cada vez mais questionada, abrindo espaço para a reformulação dos determinantes sociais e territoriais por meio de uma luta constante. Dentro desse processo, as territorialidades são reorganizadas, tendo em vista que o território é construído e desconstruído dentro de um espaço-tempo.

Os indivíduos vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial, por meio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas, sendo todas elas relações de poder, nas quais há interações entre os atores que procuram modificar territorialidades tanto as relações com a natureza como as relações sociais e, nesse processo, se automodificam também (SCHEFLER, 2018, p. 38).

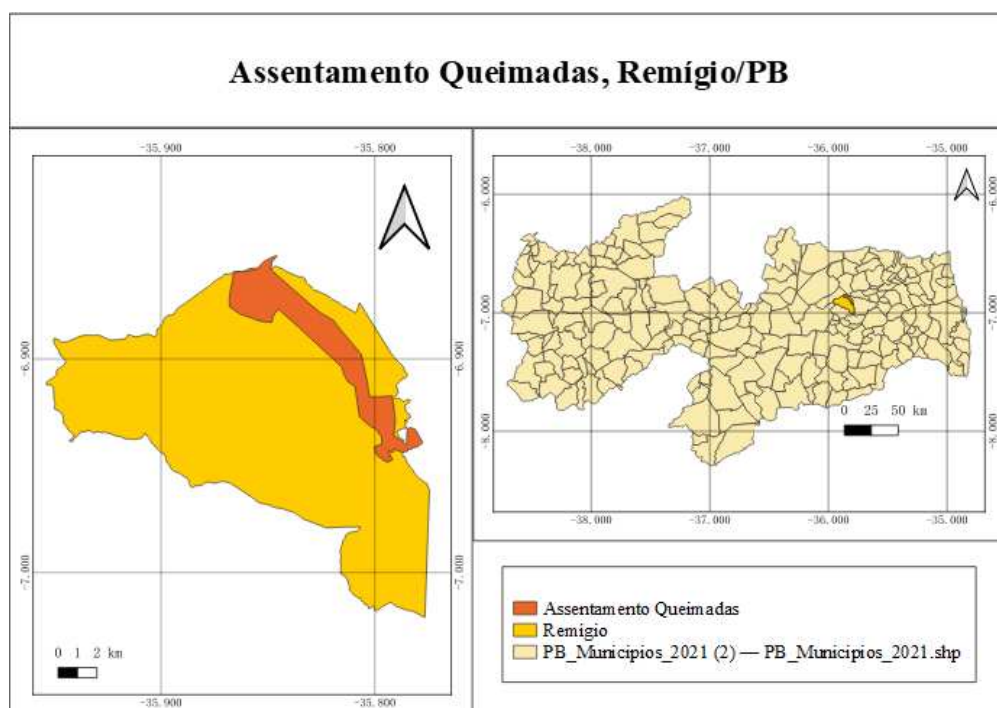
Assim, a análise territorial sob o enfoque de gênero contribui para o “entendimento de como as mulheres territorializam os espaços sociais e como se expressa o sentido político da territorialidade ou da apropriação social do espaço” (SCHEFLER, 2018, p. 38). A inclusão da questão de gênero nos discursos sobre território corrobora para a compreensão espacial dessa problemática e dos desafios que ainda se apresentam.

3 METODOLOGIA

3.1 INFORMAÇÕES GERAIS DO ASSENTAMENTO QUEIMADAS

O Assentamento Queimadas está localizado a 3 km de distância do município de Remígio/PB, na Mesorregião do Agreste Paraibano, na Microrregião do Curimataú Ocidental (figura 01).

Figura 1: **Localização geográfica do sítio Assentamento Queimadas**



Fonte: Produção própria

Antes da ocupação, a área que hoje se denomina Assentamento Queimadas era a antiga Fazenda Queimadas. O primeiro proprietário que se tem conhecimento foi Damião Guedes Bezerra, que vendeu ao segundo dono Coronel Francisco Oliveira e seu filho adotivo, o ex-senador da Paraíba Coelho Lisboa, sucedido por Manuel Casado (Neco), Teixeira de Brito Lira, Ismael Gouveia e o último proprietário Antônio Diniz (ALMEIDA, 2011). Dentre esses proprietários, encontra-se informações sobre a administração dos três últimos. Coelho Lisboa, criador exclusivamente de gado, morava sozinho na fazenda com escravos que sustentavam sua pecuária (MOREIRA, 2012). Após sua morte,

Sucederam proprietários para estas terras que deixaram de legado histórias como a de barricas enterradas com moedas de ouro, que contemplaram alguns moradores da região que tiveram a sorte ou a determinação de achá-las, como teria sido o caso de Severino Teixeira de Brito Lira. Conhecido como Severino Carmo, o filho de um senhor de engenho de Areia/PB, já no século XX, teria chegado à região sem recursos e ao achar uma barrica de ouro enterrada na fazenda por ele arrendada, em pouco tempo foi capaz de comprá-la e multiplicar a área da fazenda anexando outras propriedades e somando os cerca de 3000 hectares que forma hoje os Assentamento Queimadas e o Oziel Pereira. (MOREIRA, 2012, p. 27)

Enquanto proprietário, Severino Carmo foi um grande criador de gado e um político local. Em seu tempo, viviam na fazenda seus funcionários e cerca de 480 famílias. Como moradores, todos tinham que pagar uma renda anualmente no valor de 5 mil réis por hectare cultivados, havendo dois tipos de arrendatários: os que moravam na fazenda e os que apenas cultivavam seus roçados na fazenda, morando fora (ALMEIDA, 2011). O sistema para o arrendamento e cultivo funcionava da seguinte forma

O arrendatário para cultivar o seu roçado, precisava no primeiro ano desmatar uma área nova para o plantio da lavoura, porém, esta área era utilizada por no máximo dois ou três anos com a agricultura. Ao final da colheita, quando todos os arrendatários colhiam as suas lavouras, o fazendeiro soltava o gado nos roçados, para os animais comerem os restos das culturas agrícolas.

No cultivo da lavoura nos anos seguintes, por imposição do fazendeiro num processo de exploração da mão não remunerada, os arrendatários eram levados a desmatar novas áreas para plantarem seu roçado, as terras desocupadas passam ser plantadas com capim para servirem de pasto para o gado do proprietário. (ALMEIDA, 2011, pag. 22)

Além disso, obtinham direitos (podiam construir moradias e roçados para subsistência), mas também sujeições (deveres exigidos por Severino Carmo) (Moreira, 2012). Segundo Almeida (2011)

Sob a administração de Severino Teixeira de Brito Lira (Severino Carmo), a fazenda contava com aproximadamente 1.500 cabeças de gado bovino, campos de agave com área de 100 hectares, 8 máquinas pequenas que funcionava com um desfibrador de agave, e uma máquina grande que funcionava com três desfibradores. (ALMEIDA, 2011 pág. 22).

Com Ismael Gouveia a fazenda desativou o processo de produção de agave, levando à saída de 50% dos moradores. Como consequência, a produção agrícola foi reduzida e a pecuária aumentada significativamente, contabilizando 3200 cabeças de gado (ALMEIDA, 2011).

Na administração do último proprietário, Antônio Diniz, no ano de 1998, a fazenda teve ainda mais redução dos moradores, totalizando dez, o que fez com que o modo de arrendamento de terra fosse modificado para um sistema de terça (um terço da produção agrícola entregue ao fazendeiro). Isso fez com que houvesse uma baixa de 60% dos arrendatários, levando a fazenda

a ter uma grande diminuição da produção agrícola, fazendo-a ser considerada como improdutivo pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), dando início ao processo de reforma agrária (ALMEIDA, 2011).

A Comunidade Assentamento Queimadas, foi fundada entre os anos de 1998-1999, com ocupações nas terras da Fazenda Queimadas pelo Movimento Sem Terra - MST, e consolidada no ano 2000 após conflitos e negociações, com as terras divididas pelo INCRA e Reforma Agrária (ALMEIDA, 2014).

O nome do Assentamento tem origem da própria Fazenda que foi ocupada naquela época, e conta-se também que antes acontecia desmatamento no local e queima da vegetação, justificando o nome “Queimadas”. Com a luta e conquista das terras, o Assentamento beneficiou 100 famílias de agricultores e na atualidade há em média 150 famílias. Atualmente a Comunidade trabalha com atividades voltadas para a agricultura familiar, agricultura de subsistência, criação de animais, agricultura comercial orgânica e agroecológica, e com destaque para a produção de algodão orgânico. Também há grupos coletivos, grupos de mulheres e grupos de jovens (ALMEIDA, 2014).

No processo de formação do Assentamento a população era composta por 150 famílias, sendo que, no processo de acomodação ocorreu uma “partilha” e 50 famílias preferiram se instalar em dependências do tipo “agrovila” formando assim as duas 18 agrovilas¹ do assentamento Oziel, diferentemente da maioria das famílias, que optaram pelo sistema de lotes individuais, dando origem ao assentamento Queimadas (COSTA, 2013).

O Assentamento Queimadas tem uma área total aproximada de 4000 ha, distribuída em 100 lotes de 10 ha, áreas coletivas, reserva legal e áreas de preservação permanente - APPs. Mensalmente são realizadas reuniões na sede da Associação dos Trabalhadores Rurais que hoje é presidido pela agricultora Advania de Aguiar Almeida, primeira presidente mulher, para discutir os projetos enviados para o assentamento e as demandas dos assentados. Na primeira segunda feira do mês é feita uma reunião das mulheres, visando tratar suas demandas específicas, o que mostra o aumento de sua participação ativa no campo.

¹ Agrovila é um tipo de habitação rural com proximidade com a cidade. Proporciona a possibilidade de manter as atividades agrícolas, em menor escala, e que os moradores que também trabalham na cidade, mantendo um vínculo.

3.2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

O presente trabalho foi desenvolvido mediante pesquisa de abordagem qualitativa que se caracteriza por buscar “traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social” (ISRAEL, 1996, p. 1) reduzindo “a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação” (ISRAEL, 1996, p. 1). Desse modo, foram utilizadas duas metodologias para alcançar os objetivos estipulados: a pesquisa de campo e a pesquisa exploratória por meio de uma entrevista com mulheres e homens do sítio Assentamento Queimadas, Remígio/PB.

A pesquisa exploratória tem como objetivo “levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto” (SEVERINO, 2013, p.96).

Anteriormente à realização das entrevistas buscou-se por mulheres do sítio que gostariam de participar da pesquisa, sendo priorizadas aquelas que residiam na localidade. Para uma análise geracional, foram convidadas pessoas com faixas etárias diferentes: de dezoito a trinta anos, de trinta e um a quarenta anos, de quarenta e um a sessenta anos e acima de sessenta, a fim de observar possíveis influências geracionais nas experiências territoriais. Após isso, foi construído o questionário que daria norteamento à conversa e feitas as entrevistas com oito mulheres.

4 RESULTADOS E DICUSSÕES

A pesquisa resultou na entrevista de oito mulheres com idades de 20, 30, 32, 37, 60, 62 e 80 anos. A partir dela e das observações realizadas no local, foi possível apontar alguns elementos que definem as territorialidades femininas do sítio Assentamento Queimadas, Remígio/PB, tanto pelos aspectos sociais imbuídos na socialização das mulheres no campo quanto pelas condições geográficas impostas na localidade. Os elementos identificados foram: geração, casamento, atividades cotidianas e econômicas, e localização geográfica e participação de encontro de mulheres. Para a descrição e reflexão das entrevistas utilizados nomes fictícios.

Quadro 01: **sistematização das entrevistas com as mulheres do Assentamento Queimadas**

Mulheres entrevistadas								
Nomes fictícios	Manuela	Sophia	Carol	Camila	Roberta	Jamile	Sandra	Sueli
Idade	20 anos	37 anos	37 anos	32 anos	30 anos	60 anos	62 anos	80 anos
Estado civil	Solteira	Casada informalmente	Casada formalmente	Casada informalmente	Casada formalmente	Casada formalmente	Casada formalmente	Casada informalmente
Escolaridade	Ensino Médio Completo	Ensino Fundamental (anos iniciais) Incompleto	Ensino Superior Incompleto	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Incompleto	Analfabeta	analfabeta	Ensino Fundamental (anos iniciais) Incompleto
Tempo que reside no Assentamento Queimadas	15 anos	15 anos	17 anos	15 anos	15 anos	60 anos	14 anos	16 anos
Idade que se casou	—————	16 anos	21 anos	20 anos	15 anos	15 anos	15 anos	16 anos
Semelhantes e diferenças anteriores e depois do casamento	—————	Quando solteira saía mais para as festas à noite e de fim de ano. Casada não vai mais e passou a ter responsabilidades	Possui mais autonomia para sair após o casamento, responsabilidades domésticas e com os filhos.	Mais liberdade após o casamento e a rotina ficou mais pesada devido à responsabilidade	As responsabilidades domésticas não tiveram diferenças acentuadas, ao passo que sentiu maior	Passou a ter responsabilidade domésticas e com a criação dos filhos que não possuía antes.	Não consegue apontar diferença de antes e depois.	Depois de casada trabalha menos e passou a ter responsabilidades domésticas e com filhos. Antes saía mais para festas e

		domésticas e com filhos.		com filho e com casa.	responsabilidade com a criação dos filhos.			missas com a família.
Atividade econômica que já desenvolveu	Nenhuma	Agricultura de subsistência na infância.	Agricultura de subsistência na infância e adolescência.	Agricultura de subsistência na infância e trabalho agrícola alugado na adolescência, vendedora em loja de móveis e copeira.	Atividade doméstica na infância e pré-adolescência	Criação de animais e agricultura de subsistência na infância e trabalho agrícola alugado na adolescência.	Construção de louça de barro na adolescência.	Agricultura de subsistência e criação de animais.
Atividades econômicas que desenvolve atualmente	Nenhuma	Dona de casa e comercialização de panos de prato desde 2021	Dona de casa, agricultura de subsistência, comercializa bolo e tapioca encomendados, faz almoço quando há evento e faz comércio na feira.	Dona de casa, agricultura de subsistência e criação de animais	Dona de casa, agricultura de subsistência e criação de animais.	Dona de casa, agricultura de subsistência e criação de animais.	Dona de casa, agricultura de subsistência e criação de animais.	Dona de casa, agricultura de subsistência e criação de animais.
Principal meio de renda	Dependente da mãe	Comercialização de panos de prato, bolsa família e salário-mínimo do marido.	Comercialização de bolos e tapiocas	Bolsa família	Bolsa família, agricultura e criação de animais.	Agricultura, criação de animais e aposentadoria.	Agricultura, criação de animais e aposentadoria.	Agricultura, criação de animais e aposentadoria
Criação de animais	Passarinhos e gatos	Galinha	Porco, galinha e gado.	Gado, porco, galinha e cavalo.	Porcos e uma vaca	Peru, galinhas, gado, cabras e ovelhas	Ovelhas e gado	Ovelhas e gado.
Quem comercializa os animais e produtos e administra a renda proveniente deles.		Ela comercializa os produtos e as galinhas, administra a renda e utiliza para manutenção da casa.	Ela comercializa os porcos, enquanto o gado é comercializado pelo marido. As galinhas são criadas para pôr ovos para fazer bolos. A renda é	Ela comercializa as galinhas e porcos e enquanto o gado é comercializado pelo marido. A renda é administrada por	O marido faz a comercialização e administra a renda utilizada para a manutenção da casa.	Anteriormente o marido decidia e realizava a comercialização dos animais e produtos agrícola e administrava a renda utilizando para manutenção	A comercialização e administração da renda é responsabilidade do marido.	A comercialização antes era decidida e feita pelo marido. Atualmente é pelo neto. Ela escolhe o que deve ser vendido

			administrada por ela e utilizada para a manutenção da casa, necessidades pessoais e lazer.	ela e utilizada para a manutenção da casa, necessidades pessoais e lazer.		da casa e para o seu lazer. A partir de 2012 a agricultora decidiu administrar seu trabalho e renda, utilizando para manutenção da casa, dos filhos e necessidades pessoais.		e pede ele comercialize. A renda é administrada por ela para a manutenção da casa.
Atividades do cotidiano	Desenhar, ler e fazer fotografias nos arredores da casa	Pela manhã prepara o café, enche os jarros de água, lava roupa, arruma a casa, trabalha nos panos de prato (quando há tempo) e prepara o almoço. À tarde trabalha confeccionando panos de prato. No final da tarde prepara o jantar.	Pela manhã trabalha fazendo tapioca das 5 horas às 7:30, prepara o café das crianças e depois o lanche dos trabalhadores que estão na roça (em tempo de plantação) e o almoço. À tarde vai trabalhar na roça (em tempo de plantação) ou trabalha fazendo tapiocas e bolos. Quando não pode fazer tapiocas e bolos à tarde, faz à noite e pela madrugada. No decorrer do dia realiza as tarefas domésticas de sua casa e da casa da sogra.	Pela manhã faz café, coloca a comida dos porcos, leva o gado para o mato para comerem, faz as atividades domésticas, vai para o roçado (em tempo de plantação) e volta para preparar o almoço. À tarde retorna ao roçado e volta de tardezinha para preparar o jantar.	Pela manhã a partir das 5:30/6 horas levanta, faz café, faz as atividades domésticas. Em tempo de plantação prepara logo o almoço vai trabalhar até 10:30/11 horas, almoça e às 13 horas retorna ao roçado até o fim da tarde, lancha e volta para os afazeres diários.	Pela manhã tira o leite, leva o gado para pastar, cuida das ovelhas, das galinhas e porcos, tira palma para o gado e faz almoço. As atividades domésticas eram de maior responsabilidade quando os filhos eram pequenos, agora mais velhos não há tanta responsabilidade. À tarde coloca água para o gado e os prende. À noite faz janta.	Pela manhã faz café, varre o terreiro, coloca comida para os porcos, ração para o gado, faz as atividades domésticas e o almoço. À tarde as atividades assemelham-se. No período de chuva acrescenta-se o roçado.	Pela manhã prepara o café, coloca o almoço no fogo e organiza as atividades domésticas. À tarde e à noite as atividades se repetem.

Onde as atividades são realizadas	Nos arredores da casa, dentro do lote.	Dentro de casa	Dentro de casa, na cozinha coletiva e nos terrenos do lote.	Dentro de casa e seus arredores e nos terrenos do lote.	Dentro de casa e seus arredores e nos terrenos do lote.	Dentro de casa e seus arredores e nos terrenos do lote.	Dentro de casa e seus arredores e nos terrenos do lote.	Dentro de casa e nos seus arredores.
O que faz, quando, onde e com quem ocorre os momentos de lazer	Na casa da tia na cidade de Remígio com a prima.	Às vezes sai para andar pelo lote nos pés de umbu quando tem.	Assiste filmes, vai à praia ou piscina com a família e sai com as amigas para tomar um vinho ou cerveja nos bares dentro do sítio ou na cidade de Remígio.	Acompanhada do marido vai à bares no sítio normalmente nos fins de semana e à vaquejada quando tem.	Vai à igreja com o esposo, filhos e sogra. Mas considera que não possui lazer pois não possui tempo.	Vai de duas a três vezes por ano à igreja. Passa boa parte da vida dentro do campo.	O lazer é em casa assistindo tv. Na sexta ou domingo vai à igreja normalmente com a família. Aos sábados, às vezes, vai à feira com o marido.	Sai quando vai fazer compras, ao banco ou ao caixa e, às vezes, vai na casa das irmãs.
Como está dividido a posse da terra	Não possui terras	Não possui terras, mora no lote dos sogros.	O título da terra está no nome do casal.	O título da terra está no nome do casal.	Possui roçados no lote dos sogros que é administrado pelo marido.	O título da terra está no nome do casal.	O título da terra está no nome do casal.	O título da terra está no nome do casal.
Tomadas de decisão sobre a terra.	Não possui	Não possui	Cada membro tem um roçado e existe o roçado da família. Ela administra o próprio roçado e no da família as decisões e o trabalho são feitos em conjunto.	O esposo toma as decisões, mas ela intervém com opiniões que são consideradas e acordadas.	O esposo toma as decisões e administra o trabalho no campo.	As decisões do campo são feitas por ela sobre seu roçado e criações desde que passou a administrar seu trabalho e renda.	Quem organiza o trabalho no campo é o marido.	O marido que administra e ela oferece sugestões às vezes.
Quem organiza o trabalho no campo e representa publicamente a	_____	_____	O gado é representado e comercializado pelo marido. Os demais produtos e animais são representados por ela.	As sementes e o gado são representados e comercializados pelo marido. Os porcos e galinhas são representados e	O marido	Os filhos ajudam a comercializar, mas não assumem a representação de posse das produções dela.	O marido	Antes era o marido e atualmente são os netos.

propriedade e a produção				comercializados por ela.				
Participou de projetos sociais agrícolas		Não	Participou do PA e PNAE, o Fomento Mulher e o Projeto Mulher.	Participou do Pronaf e o projeto da estiagem	Participou do Agroamigo	Já participou, mas o marido administrava.	Participou do Pronaf, do projeto dos barreiros, da palma e da tela.	Participou do Pronaf.
Participou de encontro de mulheres	Conhece as discussões pela internet.	Não	Marcha das mulheres, encontros do sindicato e associação.	Marcha das mulheres e reuniões do sindicato.	Não	Marcha das mulheres: 2 vezes.	Encontro de mulheres: das marchas das mulheres e do sindicato.	Marcha das mulheres em Lagoa Seca/PB em 2016

Fonte: **produção própria**

4.1 As questões geracionais

As diferentes faixas etárias mostram que as condições de sobrevivência de uma geração para outra influenciaram na socialização das mulheres e na sua relação com o campo. A entrevistada mais jovem, Manuela, com vinte anos, teve a sua infância e adolescência sem obrigações de trabalho doméstico e agrícola (este enquanto necessário para a manutenção da família) possuindo mais oportunidade de se dedicar aos estudos com a disponibilidade de ônibus escolar para transporte, condições financeiras mínimas e acesso à internet, bem como também possui mais tempo de lazer. Ao mesmo tempo, não foi inserida ao trabalho no campo, desconhecendo as capacidades produtivas do trabalho agrícola e da criação de animais. Ao ser questionada sobre já ter cogitado trabalhar na agricultura ela afirmou que “já, mas não necessariamente plantando essas coisas tipo feijão e arroz, mas coisas diferentes, tipo frutas, flores” (MANUELA). Questionada se estas atividades seriam para comercialização ela responde que “poderia ser também” (MANUELA).

A condição da entrevistada não é isolada. Ao contrário, reflete a situação de outras moças do sítio Assentamento Queimadas, observadas durante a pesquisa e pelo tempo de experiência habitacional no local de estudo, que tiveram o trabalho e a renda proveniente do campo alheias de possíveis objetivos, pois não foram consideradas no desenvolvimento dessas atividades ao longo de suas vidas. Isto é percebido na fala de Manuela que demonstra desconhecer o valor produtivo da terra e a própria geografia do sítio quando pensa em plantar frutas e flores numa perspectiva romântica do campo sem a finalidade comercial, refletindo isso apenas quando questionada. O direcionamento das jovens mulheres, com isso, leva ao casamento com uma possível migração para zona urbana, realidade observada, ou à continuidade dos estudos. A primeira direção vai de encontro com a trajetória das mulheres de maior faixa etária.

As mulheres com idade acima de trinta anos apresentaram trajetórias extremamente semelhantes, tendo a infância marcadas pelo trabalho precoce no espaço doméstico, cuidando dos irmãos e dos afazeres da casa em auxílio da mãe, e/ou no campo realizando um trabalho no roçado em conjunto da família para a sua subsistência.

As mulheres acima de sessenta anos não tiveram acesso à educação, pois tinham o trabalho agrícola como prioridade e, por isso, não puderam ser alfabetizadas. Essa realidade também se mostrou presente nas mulheres entre trinta e quarenta anos, no entanto, sendo viabilizado um nível de escolaridade maior, tendo em vista que apresentam no mínimo o Ensino Fundamental Incompleto, com uma delas possuindo o Ensino Superior Incompleto. Apesar disso, as condições de acesso à educação se mostravam precarizadas para ambas as gerações

pela estrutura educacional e pela demanda de trabalho para sobrevivência. É possível destacar essas diferenças e semelhanças nas falas de Jamile (60 anos) e Carol (37 anos).

Porque muitas vezes tinha serviço e naquele tempo o estudo não tinha tanta importância, o mais importante era pros pais era que o caba tinha que trabalhar. Tinha muitas crianças que ia até escondido pra escola, a gente mesmo era umas. Muitas vezes a gente ia até escondido pra escola porque queria estudar, queria passar a tarde na escola (JAMILE, 60 anos).

Eu estudava pela tarde, mas no tempo dos roçados a gente ia menos pra sala de aula naquela época, a gente ficava mais na roça, né. Nunca reprovei porque os professores realmente sabiam o que acontecia né, mas a gente se sentia prejudicado porque não aprendia né, normalmente, né, como hoje em dia você vai diariamente. (CAROL, 37 anos).

A adolescência das entrevistadas acima de sessenta anos foi marcada pelo trabalho mais presente na roça familiar e trabalho integral fora de casa. Este sem o controle da remuneração que era paga diretamente ao chefe da casa e a renda utilizada para a manutenção da família. Estes trabalhos foram interrompidos pelo casamento, também na adolescência, quando as tarefas foram divididas entre as domésticas e o “auxílio” à agricultura nas terras da família agora chefiadas pelo marido. A partir de então, a administração do trabalho e da renda, igualmente, passou do pai para o marido.

Esse contexto é observado de maneira explícita no relato de Jamile quando relata que, mesmo com a ausência do marido que fora trabalhar em São Paulo, o dinheiro advindo da comercialização dos animais que ela criou não poderia ser “mexido”, sendo entregue a ele quando voltasse. “Eu fiquei cuidando só dos meninos e eu criava um rebanho de peru na época. Eu criava muito, bastante peru”. Questionada sobre a comercialização disse: “Na época que ele estava fora de casa sim, eu mesmo comercializava porque tinha um vizinho lá que comprava e eu vendia, depois quando ele (marido) chegou aí eu não vendia mais não, quem vendia era ele”. Sobre a administração da renda quando ela vendia ela afirma: “quem administrava era ele, quando ele tava fora aí eu peguei o dinheiro, foi na época que ele chegou, quando ele chegou eu ainda tava com o dinheiro dos perus que eu não podia me desfazer do dinheiro aí ele administrou” (JAMILE, 60 anos).

As mulheres entre trinta e trinta e sete anos tiveram como principal semelhança a residência no sítio Assentamento Queimadas a partir do casamento. A entrevistadas Sophia, Carol e Camila, porém, já possuíam uma trajetória no trabalho agrícola, com as duas últimas realizando em sua adolescência o trabalho dito “mais produtivo”, ou seja, nos roçados, em terras arrendadas na época como as mulheres da geração anterior.

Sophia e Roberta, por sua vez, possuem em comum a residência no sítio sem a posse de lote, sendo este dos seus sogros que cederam um pedaço de terra aos filhos. Nesse sentido, observou-se com a suas entrevistas que elas não realizam atividades próprias sobre a terra, continuando ocupando majoritariamente o espaço doméstico e trabalhando na roça para “ajudar” seus maridos. Isto é observado na entrevistada Roberta que, sendo inserida no campo devido ao casamento aos 15 anos, atua passivamente na terra apenas como auxiliar do marido (em suas palavras) que, ao contrário, se apropria da terra e do seu valor produtivo e da força de trabalho da esposa e filhos. Ela explica essa realidade da seguinte forma: “as atividades domésticas eu que lidero, né, faz eu e minha menina, ela ajuda também. No roçado lá fora quem toma a frente é meu esposo. Geralmente é ele que decide o que vai ser plantado, como vai ser plantado, eu geralmente só ajudo” (ROBERTA, 30 anos).

No caso de Sophia, seu marido não possui roçado, fazendo com que ela, mesmo com conhecimentos agrícolas e moradora do assentamento, seja impossibilitada de desenvolvê-lo, trabalhando integralmente como dona de casa e costurando panos de pratos para auxiliar na renda doméstica. Já as entrevistadas Carol e Camila, unindo-se com homens que já detinham posse da terra e sendo igualmente titular dela, conseguem ter abertura para trabalhar no campo.

As diferenças geracionais observadas podem ser atribuídas essencialmente pela condição socioeconômica nas quais as mulheres estavam inseridas ao longo de suas trajetórias. Semelhantemente, ocupam uma posição subalterna e passiva, parte da socialização feminina, na qual são direcionadas ao trabalho doméstico e da criação dos filhos desde a infância e tem a sua força de trabalho disponível ao chefe da família, posto passado do pai para o marido. As mulheres mais jovens, vivenciam uma completa dissociação do seu lugar de vivência, sem desenvolver conhecimentos e habilidades para o trabalho no campo, restando o caminho “natural” do casamento ou, dependendo da motivação e liberdade, prosseguimento nos estudos ou trabalho na zona urbana. As territorialidades femininas, com isso, são formadas dentro dessas condições de subalternização.

4.2 Casamento

O casamento corresponde a um elemento da continuidade da trajetória das mulheres que também define seus territórios. Ele se apresentou como um marco importante para elas e as atravessou de modos diferentes. Refletindo sobre as semelhanças e diferenças observadas antes e depois da união, Sueli, Jamile e Sophia indicaram a redução da liberdade para sair para festas, missas ou outros eventos sociais devido à distância destes lugares e, principalmente, às responsabilidades domésticas e maternas. Em suas palavras Sophia explica que “antes a pessoa saia também né, quando era solteira, assim, pras festas de noite. Pras festas de fim de ano, assim.

Aí já de casada não vai mais, né, não vou mais, porque é longe também pra ir. Essas coisas assim” (SOPHIA, 37 anos). Sueli também expõe diferenças semelhantes.

No trabalho a diferença é que eu trabalhava mais pouco, né. Antes não, antes era tinha que ficar dentro do roçado, era palma, agave, tudo. Eu saía, sempre andava, ia pras missas. Antes era mais, e depois era menos que eu saía menos que era muito menino pra cuidar não ia tá no mundo, né. Casada eu ia menos, mas solteira eu ia direto mais minha mãe. A missa daquele tempo não era todo domingo, tinha uma missa todo mês no Algodão de Jandaíra, Barra de Santa Rosa. Não vou dizer que era todo tempo, era todo ano. E casada era menos. De mais, só quando tem as vezes, tem marido que a pessoa fica quebrando a cabeça com ele. Normalmente era isso, né (SUELI, 80 anos).

Carol e Camila, por sua vez, relataram que tiveram maior liberdade com o casamento.

Antes de casar eu nunca fui muito de sair, né, eu não tinha autonomia de dizer assim “hoje eu vou visitar um parente, hoje eu vou numa feira”, tanto que eu não conhecia nem onde era Campina Grande, eu fui depois que casei, né. Mas hoje em dia eu tenho autonomia, se eu disser assim “hoje eu quero ir visitar uma pessoa, hoje eu quero ir num aniversário, hoje eu quero ir numa feira”, ou eu quero hoje um dia de lazer “vou sair pra passear”, eu tenho autonomia de dizer assim “eu vou”, né, Então isso mudou, hoje em dia eu tenho autonomia de dizer assim eu quero trabalhar, mas eu também tenho meu momento de lazer, né (CAROL, 37 anos).

Pra mim foi melhor depois que eu me casei. Pra mim, casada eu tô achando melhor, tem mais liberdade, porque quando eu vivia com a minha mãe era um amarrado danado. E aqui não, assim, pra mim tô mais liberada porque tudo que a gente faz é junto com o esposo: nós vamos pra vaquejada, a gente vai pra todo canto, leva os meninos pra um parque, pra um lanche, é outra coisa e minha vida eu acho melhor agora. Minha rotina ficou mais pesada, porque agora a gente tem responsabilidade com filho, né, tem responsabilidade de cuidado com casa, aí a gente pensa melhor (CAMILA, 32 anos).

Sandra não conseguiu apontar semelhanças e diferenças e Roberta explicou que a rotina se manteve semelhante à que tinha solteira a exceção da responsabilidade com os filhos. De maneira geral, esta foi uma diferença marcante para as demais entrevistadas.

O casamento, assim, foi um meio de acesso e permanência na terra para as mulheres que já trabalhavam nas terras do Assentamento Queimadas e para aquelas que migraram vindo da zona urbana ou de outro sítio. Para além disso, o casamento trouxe para elas o acréscimo do trabalho invisível enquanto obrigação e a continuidade da sua posição subalterna ao homem, antes o pai e posteriormente o marido. Ao mesmo tempo, também foi caminho para maior liberdade para outras que possuíam grandes restrições para sair dos limites socioespaciais impostos pela família. Cabe salientar, no entanto, que o acesso a maiores liberdades e autonomia sociais e territoriais foram conquistadas pelo contato com o conhecimento das causas feministas e o desenvolvimento de posturas subversivas, processo que será acentuado adiante.

4.3 Atividades cotidianas

O cotidiano das mulheres do sítio Assentamento Queimadas, participantes da pesquisa, é centralizado no espaço doméstico e seus arredores, sendo acrescentado as áreas do lote em períodos de plantação. A exceção de Manuela, suas rotinas se iniciam com o preparo do café da manhã, arrumação da casa e, em conjunto ou após, esses afazeres são realizados as atividades do campo: o cuidado dos animais e serviços agrícolas que são demandados. Seguido disso tem o preparo do almoço e, no fim do dia, do jantar.

Em períodos de plantação e colheita essa rotina fica mais intensa, as mulheres precisam realizar essas tarefas já existentes, trabalhar no campo e preparar o lanche dos trabalhadores que ocorre por volta das nove horas, e o almoço que precisa estar pronto por volta das onze horas. Para suprir esses trabalhos extras da parte da manhã já deixam o almoço pronto antes de ir para roça. O período da tarde é dedicado ao trabalho na roça e, chegando o final do dia elas preparam o jantar. Com isso, elas chegam a ter de triplas a quartas jornadas de trabalho. Exemplo disso está no relato das entrevistadas Carol, Camila e Roberta.

Pela manhã eu me acordo, a gente se acorda, mais ou menos umas 4, 5 horas, 5:30 no máximo, aí vou fazer tapioca, né, faço tapioca até umas 7:30, no máximo até 8 horas. Aí vou fazer, tem que dar café aos meninos né, que é criança, aí depois cuido de lanche pros trabalhador, né, que tão na roça. Aí à tarde eu vou pra roça depois do almoço. Só que eu vou pra roça aí eu penso num horário de ir, né, não tenho condição de trabalhar o dia inteiro por questão das tapiocas e dos bolos. Mas eu administro isso, administro o horário de trabalhar na roça e o horário de eu poder fazer meus bolos. Quando não dar durante o dia eu faço durante à noite os bolos e durante a madrugada as tapiocas. Sim, além de fazer minhas tarefas da minha casa, eu ainda auxílio a minha sogra na casa dela: lavar roupa, limpar a casa. Como meu marido trabalha fora de manhã, ele não tem como me ajudar nessa função, né, ele trabalha em Remígio, ele sai cedo de casa, então o menino tem 7 anos, então eu tenho que cuidar do alimento dele, né, ele não tem condições ainda, mas o outro de 13 anos tem hora que eu já coloco ele pra fazer, “ei, vá fazer seu lanche”. Tem hora que ele dá brabo, mas tem que ir, tem que aprender (CAROL, 37 anos).

Acordo e vou logo fazer café, aí vou cuidar na comida dos porcos, aí vou amarrar os bichos ali no mato pra comerem, a vaca a besta, aí já venho e dou uma arrumadinha na casa assim, não tem nem como eu arrumar bonito porque tá numa época de roçado, aí já volto pro roçado pra limpar as lavouras. Faço almoço. Aí de tarde tudo de novo. De tardezinha, janta. Trabalho com meu esposo e meu menino, aí de manhã vou pra lavoura, volto pra fazer almoço, aí de 13 horas eu volto de novo e 16 horas eu tô em casa e faço a janta (CAMILA, 32 anos).

Geralmente 5:30/6 horas eu levanto, faço o café, lavo a louça, faço as atividades domésticas e, quando tem inverno e que pega tempo de roçado, eu preparo logo o almoço e a gente vai, trabalha até 10:30/11 horas, volta, almoça e de 13 hora a gente pega de novo no roçado. Aí a gente volta só de tardezinha, lancha, aí eu volto pra os meus afazeres que eu tenho durante o dia, né, cuidado dos filhos, né, faço jantar, pronto, acabou o dia. Geralmente aqui cada um faz uma coisa, porque os bichos é mais acostumados com eles dois, aí meu esposo limpa o chiqueiro, ajuda a cortar a palma, os cadeiros, essas coisas. Bota, né. Aí na hora do almoço é hora de botar comida pros bicho, água, essas coisa. A gente aproveita nesse meio tempo o tempo pra almoçar e ao mesmo tempo de cuidar deles (ROBERTA, 30 anos).

A sobrecarga visível do trabalho sobre as mulheres, apesar de ser sentido por elas, é naturalizado, sendo o trabalho agrícola visto ainda por grande parcela delas como uma ajuda aos maridos e, as tarefas domésticas, dever exclusivo delas mesmo entre aquelas que têm contato com as discussões da questão da mulher através dos encontros e reuniões. Das entrevistadas, Sophia, Manuela e Sueli não desenvolvem trabalho no campo, respectivamente pela ausência de terras, desassociação do trabalho no campo e pela idade, tendo suas rotinas quase que exclusivamente dentro de casa.

4.4 Atividades econômicas

As atividades econômicas das mulheres ficam centradas na produção de roçados e na criação animais de pequeno porte, havendo algumas que possuem gado, mas que não comercializam por insegurança já que é um mercado majoritariamente masculino. Foram percebidas duas realidades. A primeira compreende as entrevistadas Roberta e Sandra que trabalham totalmente dentro da relação de subalternização ao marido, tendo em vista que é ele quem organiza o trabalho agrícola, representa publicamente, comercializa e administra. Ao descrever essa organização, Roberta deixa expresso a perspectiva patriarcal imposta e apropriada pelas mulheres da sua força de trabalho empregada como auxílio. Ao falar sobre sua participação nas tomadas de decisão no campo e na organização do trabalho agrícola ela diz:

Eu participo, geralmente, ajudando a plantar, a chachar. Ele corta, cava, entendeu? Geralmente é ele que gosta assim. Eu geralmente só gosto de ajudar, é ele que decide, assim, nessas partes. Ele pergunta a mim, mas eu digo 'não, não gosto não'. Eu não entendo muito não, vocês que são mais velhos na agricultura, vocês entendem, né? (ROBERTA, 30 anos).

O controle dos trabalhos produtivos pelo marido limita as alternativas espaciais dessas mulheres, tendo em vista que ficam com pouco ou nenhum recurso financeiro para assegurar sua autonomia, o que impede que possam usufruir de espaços para além dos limites do lote e que dependam do transporte viabilizado pelo marido já que não sabem pilotar moto ou dirigir carro. Isso permite que os homens tenham expansão do controle territorial feminino. Sobre os momentos de lazer, Roberta e Sandra relatam que normalmente ocorrem em casa e com idas à igreja ou à feira acompanhadas do marido e filhos.

A segunda realidade foi a de mulheres que possuem mais independência para demarcar suas áreas de plantio, a comercialização de seus próprios produtos e animais, e o controle da renda advinda destes. É o caso das entrevistadas Sophia que faz panos de prato e cria galinhas, fazendo o comércio e administrando o dinheiro para as necessidades; Carol e Camila que possuem roçados próprios onde têm pleno poder administrativo da terra e da renda, organização

acordada com o marido permitindo que cada membro da familiar possua roçados, existindo também um para a família (neste as decisões são tomadas majoritariamente pelos maridos); e Jamile que também possui roçados próprios que administra, porém essa condição foi possibilitada após “separar-se” do marido por infidelidade (a separação não foi judicial), momento que lhe permitiu reivindicar e se apropriar do controle de sua parte da terra, de seus animais e da administração da renda proveniente deles.

Em sua entrevista fica evidenciado a percepção que possui de sua subalternização e exploração da sua força de trabalho pelo esposo. Sobre isso ela fala: “a gente trabalhava voluntário. Trabalhava como se fosse todo mundo junto, mas na hora de governar o dinheiro era só um” (JAMILE). Todas possuem animais de grande porte, gado, mas que são comercializados pelos maridos com a renda sendo repassada para elas. Quanto aos animais de pequeno porte, responsabilizam-se por todo o processo de comercialização.

A apropriação da terra e das criações pelas mulheres, com isso, permitem-lhe desenvolver maior autoestima, autonomia financeira, valorização dos seus conhecimentos e do seu próprio valor. O que é percebido nestas entrevistadas. Carol e Camila são capazes de pilotar moto e dirigir carro, Camila possui uma moto e Jamile, apesar de não saber dirigir, possui um carro para sua locomoção que é feito pelos filhos e filhas. O reflexo dessa autonomia é expresso na fala de Camila:

Muitas mulheres que não pode sair nem numa rua, que não tem um conhecimento, acha que é um bicho de sete cabeças e não é. Hoje mesmo eu acho que eu faço o que tem muito homem que não faz. Pegar um carro, uma moto, ser dependente de si mesma. Ir pra uma cidade comprar o precisa comprar, o que você precisa, dar de conta do que precisa em casa. E têm umas que “ah tô precisando de uma sandália”, nunca vai numa rua comprar, né, só manda pros outros. Eu mesma conheço, têm umas que até, um exemplo, até pra comprar um absorvente depende do marido. E que mundo ela tá vivendo? (CAMILA, 32 anos)

Acerca dos momentos de lazer Carol e Camila apresentam também ter maiores possibilidades.

Às vezes eu gosto de assistir filme, às vezes eu gosto de ir pra praia, de sair pra ir na rua comer pastel, alguma coisa diferente, né, porque no sítio a vida é mais corrida, né, de ir numa piscina. Não pode ir direto, né, mas aqui acolá a gente gosta de ter esses momentos. Às vezes eu gosto de sair mais minhas amigas, a gente tomar um vinhozinho, uma cervejinha. Eu tenho umas amigas que às vezes a gente se reúne só com nós mesmo, porque é bom né a gente colocar o papo em dia? E muitas vezes a gente sai a família mesmo, às vezes eu saio só com os meninos, porque tem hora que a gente tem que ter o nosso momento de conversar. Porque se for sair toda hora com o marido, aí você não bota o papo em dia (CAROL, 37 anos).

Eu vou pra os bares, nós vamos tomar uma, nós vamos pra vaquejada, nós vamos pra todo canto. Com meu esposo, com os meninos, tem vezes que os meninos não vão, a

gente manda eles pra minha mãe. Normalmente no sábado, domingo e às sextas, nós começa nas sextas (CAMILA, 32 anos).

As entrevistadas Sophia e Jamile relatam seus momentos de lazer dentro do lote, ao passo que Sueli e Manuela fazem visitas a familiares. Nesse sentido, o trabalho feminino apropriado e administrado pelas mulheres visando atender também os seus interesses pessoais lhes permite desenvolver autonomia sobre seus territórios, independendo da figura masculina para lhe possibilitar ocupar espaços para além do doméstico, possuindo bens que assegurem a sua independência. Apesar disso, a estrutura patriarcal ainda dita os papéis das mulheres, fazendo com que elas possuam duplas, triplas e até quartas jornadas de trabalho com as demandas domésticas, cuidado dos filhos, serviço agrícola e trabalhos extras para garantia de renda.

4.5 Localização e participação de encontros de mulheres

Essa reivindicação sobre o controle do seu trabalho e renda e da legitimação do reconhecimento do valor feminino teve como grande influenciador o encontro de mulheres, o qual muitas mulheres possuem dificuldade de frequentar justamente por não possuírem meios que as permita chegar até eles, pois esses passam pelo seu marido.

Os encontros de mulheres discutem as relações de gênero e trabalho no campo e constituem um dos principais meios para organização e emancipação feminina. Estes apresentam as assentadas informações e formações sobre os projetos agrícolas que as contemplam, mas, para além disso, promovem um espaço comum de partilha das condições das mulheres que se identificam umas com as outras e têm suas angústias, queixas e posicionamentos legitimados. Com isso, é possibilitado a construção da autoestima feminina que reconhece suas potencialidades, o seu valor e do seu trabalho.

O acesso a estes espaços, porém, é limitado pelo aspecto geográfico. Camila reside a 80 metros e Carol a 1,90 km de distância (figura 01), ficando próximas da sede da Associação dos Trabalhadores Rurais (lugar onde ocorrem reuniões para tratar das demandas dos assentados, dos projetos e demais necessidades) e, por isso, conseguem ter uma participação mais ativa nas reuniões de mulheres e nos projetos, ter mais contato com as discussões feministas do campo, se organizar e reivindicar direitos, desenvolvendo, assim, maior autonomia. Isso é observado pelo modo como administram seus roçados, animais e renda, reconhecem suas potencialidades e seu valor. Jamile reside a 3,32 km (figura 02), porém possui transporte que lhe confere maior independência e, da mesma forma, desenvolveu uma posição mais ativa frente ao seu trabalho e renda.

As entrevistadas Manuela, Sophia e Sueli ficam a uma distância da sede da Associação do Trabalhadores Rurais de aproximadamente 4,27 km, e Roberta e Sandra a 3,57 km (figura 02). Por não possuírem um transporte autônomo, têm a oportunidade de acesso a esses encontros e discussões limitada e menos constância de participação, o que reflete na relação delas com o trabalho no campo.

Figura 01: Distância das entrevistadas Camila e Carol da sede da Associação do Trabalhadores Rurais



Fonte: Google Earth

Figura 02: Distância das entrevistadas Manuela, Sophia, Sueli, Roberta, Sandra e Jamile da sede da Associação do Trabalhadores Rurais



Fonte: Google Earth

Aliada à posição geográfica, outro fator que corrobora para essa falta de participação é o impedimento e controle por parte dos maridos do convívio coletivo entre as mulheres, tendo em vista que as que não possuem transporte próprio dependem que os maridos as levem. Mas, para além disso, é de interesse dos homens “vigiar” esses espaços, permitindo que suas esposas se beneficiem dos projetos que são lucrativos, mas não das conversas que promovam a independência e emancipação das mulheres.

Há uma situação relatada pela entrevistada Jamile de uma mulher que estava participando de uma reunião acompanhada de seu marido sobre o projeto para compra de ovelhas enviado para as mulheres. Antes de explicar os encaminhamentos que deveriam fazer para ter acesso, a responsável pela reunião iniciou fazendo uma fala sobre a importância do trabalho feminino, da independência das mulheres e da administração dos seus animais e renda (referindo-se ao fato dos homens tomarem o valor recebido pelas mulheres e administrarem a compra, comercialização e renda dos animais). Vendo isso, o marido retirou a esposa pelo braço dizendo que não havia nada do interesse deles ali.

Outras situações apontadas por Jamile envolvem o questionamento moral das mulheres que participam mais ativamente das reuniões e encontros. Com isso, é notável que os momentos

e espaços de diálogos femininos são fundamentais para o desenvolvimento da autoestima e da valorização do seu trabalho feminino, como é explicitado nas falas de Jamile, Camila e Carol.

O único canto que eu saí foi onde eu aprendi o valor que a gente tem e eu aprendi, desenvolvi, aprendi muita coisa que foi quando eu comecei a acompanhar a reunião do polo sindical, né. Eu comecei a acompanhar a reunião do polo sindical, do sindicato, da ASPTA, da Rainha da Borborema. Aí é aquelas reunião de mulheres, as mulheres orientavam, a gente entrou num fundo rotativo de tela pra criar galinha, aí a gente escutava aquelas orientação que mulher também é capaz de resolver suas coisas e trabalhar e administrar o seu. Eu, assim, eu aprendi muito com isso aí, eu aprendi muito. Foi onde eu mais pratiquei uma vida, foi como uma aula pra mim, né. Ajudou muito, desenvolveu muito a minha mente, né. Eu tinha a mente muito trancada e eu não dava valor, achava que eu não tinha a capacidade de tocar a vida sem precisar de marido. Aí hoje não, eu não tenho medo de tocar a minha vida, viver a minha vida, de ser independente não, eu acho que a mulher tem o mesmo valor e deve viver e administrar a mesma coisa (JAMILE, 60 anos).

Eu acho importante porque tá valorizando a mulher, dando valor a opinião que elas têm, o que elas plantam. Eu tô tendo conhecimento agora, depois que eu comecei a participar dessas coisas aí e agora já era. Antes eu não sabia nem nada, o caba ficava com aquele nervoso de responder alguma coisa, dar uma entrevista assim. Teve outro a respeito desse algodão que a gente teve num sindicato em Lagoa Seca que eu achei importante, porque foi uma conversa assim entre mulheres, tinha umas 60 mulheres. A gente conversou assim, ter direito das mulheres, opinião, que tem muito homem machista. (CAMILA, 32 anos).

Eu comecei participar de encontro de mulheres mais em 2008. Assim, eu comecei indo pra Marcha das Mulheres depois, né. Aí assim, impactou mais no modo de eu ver as coisas, né, de lutar por aquilo que a gente quer, né, de lutar não só pelo que eu queria, mas lutar pelo que as outras mulheres também queriam, né. Antigamente eu tinha medo de até de abrir a boca, de até de falar. Como eu não sabia falar bem, tudo que eu ia falar eu tinha medo, achava que tudo tava errado aí não queria falar não. Hoje em dia não, hoje em dia depois que eu passei a participar de reunião, de sindicato, de coep, de associação, eu já tenho mais liberdade, não tenho mais aquele medo de falar, já falo mais naturalmente o que eu vejo o que realmente dá pra falar. Pra mim o movimento de mulheres é uma coisa muito boa porque ajuda muito as mulheres que se sentem presa a se libertar, né, e a lutar pelos seus ideais (CAROL, 37 anos).

Os encontros de mulheres são, assim, um dos elementos principais que moldam as territorialidades femininas, sendo um importante caminho emancipatório. A constância com que participam dessas reuniões e dos projetos agrícolas, faz com que busquem se apropriar do valor do seu trabalho, forçando sua independência dos homens, sendo produtoras dos seus territórios de forma ativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As territorialidades femininas são delimitadas dentro da relação de poder de gênero, com a subalternização das mulheres. Desde a infância, as atividades femininas são a partir de dupla jornada, no espaço doméstico e no campo, sendo o primeiro suas obrigações “natas” e o segundo

um auxílio ao trabalho do pai, aquele que detém a posição de controle e organização dos trabalhos e que, posteriormente, é substituído pelo marido quando a mulher casa. Nesse sentido, mesmo tendo contato com o trabalho agrícola desde criança, as mulheres não são socializadas para, em algum momento, assumir a administração dessas atividades e se apropriar da terra, mas oferecer sua mão de obra nos ambientes domésticos e no campo em uma estrutura patriarcal que não reconhecerá seu valor produtivo. O casamento constitui a continuidade dessa socialização que passa ao marido a posse sobre a terra, da mulher e dos filhos.

A partir das entrevistas realizadas, percebeu-se com o cotidiano das mulheres que sua vivência se concentra nos espaços domésticos e seus arredores. A perspectiva geracional permitiu observar o preocupante distanciamento das mulheres mais jovens, abaixo de vinte cinco anos, do lugar em que vivem, não havendo construção de saber do trabalho no campo e de como podem desenvolver-se economicamente por meio dele, diferentemente dos rapazes de mesma faixa etária que já possuem grande domínio dos meios produtivos da terra.

Nesse sentido, as territorialidades femininas no campo apresentam uma estrutura patriarcal bem presente, mesmo com as mulheres que procuram desconstruí-la buscando apropriar-se do seu valor com influência dos debates feministas no campo, tendo em vista que ainda precisam cumprir com suas “obrigações” domésticas junto das atividades do campo, ao passo que os homens podem desenvolver suas atividades econômicas livremente. Assim, as territorialidades dos homens e mulheres têm como principal diferenciador a apropriação e liberdade do primeiro sobre a terra e a subalternização da segunda.

6 REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **Da Violência**. CR, 2004. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/17ggSbrC7dBDxQjv9ofuntjLPIVgk6451/view?usp=sharing> Acesso em: 27, julho, 2022.

BIROLI, F. **GÊNERO E DESIGUALDADES: limites da democracia no brasil**. Boitempo, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1pEv11WTEQxEwYjIw1zjK-AKPDp2INTkD/view?usp=sharing> Acesso em: 04, agosto, 2022.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 1ed. Editora Elefante, 2019.

FERNANDES, S. de. L. R. SANTOS, M. N. F. dos. NASCIMENTO, F. C. **A Mulher Rural e a Produção Agroecológica: Uma Experiência de Ater no Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiçu/CE**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

HAESBAERT, R. **TERRITÓRIO E MULTITERRITORIALIDADE: UM DEBATE**. Ano IX. N 17. GEOgraphia, 2007. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1wuHimUbcU2nuvrXxuEpEwhlBBuCgv_SE/view?usp=sharing Acesso em: 04, agosto, 2022.

ISRAEL, F. **PESQUISA QUALITATIVA – CARACTERÍSTICAS, USOS E POSSIBILIDADES**. São Paulo: Caderno de Pesquisas em Administração. V.1, Nº 3, 2º SEM./1996. Disponível em: [PESQUISA_QUALITATIVA_CHARACTERISTICAS_USO-with-cover-page-v2.pdf \(d1wqtxs1xzle7.cloudfront.net\)](https://drive.google.com/file/d/1wqtxs1xzle7.cloudfront.net/view?usp=sharing) Acesso em: 25, junho, 2022.

MOREIRA, I. M. **O Algodão Sem Veneno do Assentamento Queimadas, na Paraíba: Agentes sociais, alinhamento em “rede”, produção e comercialização**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2012. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/12281/1/AlgodaoVenenoAssentamento_Moreira_2012.pdf Acesso em: 28, março, 2022.

ORNAT, M. **Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista**. Terr@Plural, Ponta Grossa, 2 (2): 309-322 , jul./dez., 2008. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1F4zA7Uapsb5H3eF35MO5u6hzuaj9-Nlf/view?usp=sharing> Acesso em: 04, agosto. 2022.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Dias, L. C. Ferrari, M (orgs), Florianópolis: Insular, 2. ed. rev., 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1bXcaC0RDsmq-KtSueOAwDJkrXztcHP5r/view?usp=sharing> Acesso em: 28, julho, 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5562413/mod_resource/content/1/Metodologia-Do-Trabalho-Cientifico-23%C2%AA-Edicao-Severino-EBOOK-Escolhido.pdf Acesso em: 25, junho, 2022.

SANTOS, M. **O DINHEIRO E O TERRITÓRIO**. 1. N, 1. GEOgraphia, 1999. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1wO8rltNwKqJITGpRG8Rv6RHSj0OxJsd5/view?usp=sharing> Acesso em: 27, julho, 2022.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. New York: Gender and the politics of history, 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%c3%aanero-Joan%20Scott.pdf Acesso em: 04, agosto, 2022.

SCHEFLER, M. de. L N. **TERRITÓRIO E GÊNERO: territorialidades ausentes**. In: Rodrigues, C. ANDRADE, D. S. V. MANO, M. K. ZUCCO, M. C. ARAÚJO, J. (org.). **Territorialidades : dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres**. Salvador: EDUFBA, 2018. 310 p. (Bahianas, 21). Disponível em: [file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/Territorialidades%20dimens%C3%B5es%20de%20g%C3%AAnero,%20desenvolvimento%20e%20empoderamento%20das%20mulheres%20\(Rodrigues,%20Cristiano%20Andrade%20etc.\)%20\(z-lib.org\).pdf](file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/Territorialidades%20dimens%C3%B5es%20de%20g%C3%AAnero,%20desenvolvimento%20e%20empoderamento%20das%20mulheres%20(Rodrigues,%20Cristiano%20Andrade%20etc.)%20(z-lib.org).pdf) Acesso em: 27, julho, 2022.

SILVA, S. M. V. da. **GEOGRAFIA E GÊNERO / GEOGRAFIA FEMINISTA - O QUE É ISTO?**. Boletim Gaúcho de Geografia. 23. 105 - 110, 1998. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38385/25688> Acesso em: 04, agosto, 2022.

SILVA, J. M. **Geografias subversivas : discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2009. Disponível em: <https://www.todapalavraeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/04/E-book.pdf> Acesso em: 03, julho, 2022.

SOUZA, M. J. L. de. O TERRITÓRIO: SOBRE ESPAÇO E PODER, AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da. C.; CORRÊA, R. L. (Org). **GEOGRAFIA: CONCEITOS E TEMAS**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1p-TxvwTC1YzRmUR86DwHnYAgYqSIXieA/view?usp=sharing> Acesso em: 03, julho, 2022.